



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006032-50.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **LUANA LOURENÇO ROSA GARCIA**
 Requerido: **Positivo Informatica S.A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido um aparelho celular fabricado pela ré, o qual apresentou vícios de funcionamento que especificou.

Não obstante ter diligenciado contato com a ré para enviar o aparelho à assistência técnica não obteve sucesso.

Almeja à reparação dos danos materiais com o ressarcimento do valor que pagou pelo aparelho.

Extraí-se dos autos que a autora não encaminhou o produto à assistência técnica para o devido reparo, pois não obteve sucesso no contato.

Com efeito, a autora não trouxe à colação elementos concretos que permitissem vislumbrar que ao menos buscou a assistência técnica para o conserto do produto.

É relevante assinalar que esse aspecto aludido encerram matéria de fato e bem por isso tocava a autora comprová-los (art. 333, inc. I, do

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Código de Processo Civil).

Todavia, ela deixou de fazê-lo, não demonstrando inclusive interesse no aprofundamento da dilação probatória (fl.34), tanto é que mudou de endereço e não comunicou o Juízo.

O reparo do produto é um direito do fabricante, como preconiza o art. 18, § 1º, do CDC, mas que admite exceção em determinadas hipóteses contempladas no § 3º do mesmo preceito legal, da qual não sei cuida.

A conjugação desses elementos conduz à rejeição da pretensão deduzida, a qual não atentou para o direito da ré em buscar o reparo do bem.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 05 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**